

OPINIÃO

Junji Abe



Dignidade das domésticas

Já foi dito que o ser humano deve escolher muito bem sua atividade profissional, porque passará a maior parte da vida trabalhando. Em tempos de crise, com recessão econômica e aumento da taxa de desemprego, fica difícil falar em escolha. De qualquer modo, vale observar algumas tendências do mercado, que deverão se consolidar em pouco tempo.

O Brasil caminha para um cenário semelhante ao da maioria dos países europeus, Japão e Estados Unidos, onde os serviços domésticos ficam a cargo da própria família. A presença de um profissional para cuidar das tarefas cotidianas é exclusividade de gente abastada, muito abastada. Os demais têm, no máximo, uma diarista para fazer faxina a cada 15 ou 30 dias.

A chamada PEC das Domésticas deverá impulsionar a gradativa mudança no modelo de contratação. Parte das empregadas em serviços domésticos poderá se tornar diarista.

Em que pese o impacto das medidas no orçamento familiar da classe média, principalmente em tempos de crise econômica, é inconcebível ter empregados domésticos, até hoje, sem os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais – como FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), multa rescisória de 40% do fundo de garantia, seguro-desemprego, entre outros.

Para quem já assina a carteira da doméstica – situação que contempla par-

cos 14,2% do contingente de 7 milhões de empregados da categoria no País, segundo o Ministério do Trabalho –, os efeitos financeiros das novas regras são pouco significativos. Entretanto, aqueles que se habituaram ao serviço cotidiano de empregado doméstico, mas nunca lhe concederam qualquer direito trabalhista, sentirão bem o peso das regras no bolso.

Provavelmente, empregadores que ainda se pautavam pela abominável lógica escravagista na relação com as domésticas começarão a migrar para a contratação de diarista, com o objetivo de se verem livres do vínculo empregatício.

Defendo e apoio a justa ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Como não faço parte do time de pessimistas de plantão, discordo do argumento de que a nova legislação causará dispensa em massa de trabalhadores. Acredito, sim, que o contexto econômico e a própria sociedade brasileira determinarão ajustes no mercado. Seja com mais diaristas em ação, seja com a migração de parte do atual contingente de funcionárias dos lares para outras categorias. Prevalecerá o fundamental: as domésticas que permanecerem atividade terão o devido respaldo legal para trabalharem com dignidade.

Junji Abe é ex-prefeito de Mogi das Cruzes